

BREVE HISTÓRICO DO GT GÊNERO E SAÚDE DA ABRASCO

Mai, 2017

Daniela Riva Knauth (UFRGS)

Cristiane da Silva Cabral (FSP/USP)

O GT Gênero e Saúde foi criado em abril de 1995, durante o III Congresso Brasileiro de Epidemiologia, em Salvador, com objetivo de ampliar e consolidar o ensino e a produção do conhecimento sobre gênero e saúde na área de Saúde Coletiva.

O evento, cujo tema central era “A Epidemiologia na busca da equidade em saúde”, ensejou uma articulação entre pesquisadoras, profissionais de saúde e representantes dos movimentos de mulheres, que pleiteavam uma ampliação do espaço para o debate sobre gênero e saúde. A obtenção de fomento junto à Fundação Ford e à OPAS possibilitou a realização de algumas atividades no referido congresso, tais como painéis, palestras, comunicações coordenadas, um curso. Na ocasião, também foi realizada uma oficina de trabalho que tinha por objetivo fazer um levantamento sobre o estado da arte da produção de conhecimento epidemiológico na temática de gênero e saúde no Brasil.

Participaram desta oficina histórica: Albertina Costa (FCC); Ana Cristina Tanaka (FSP/USP); Ana Maria Costa (NESP/UNB); Clair Castilho Coelho (DSP/UFSC); Daphne Rattner (IS-SP); Estela Aquino (MUSA/ISC/UFBA); Fernanda Carneiro (CESTEH/FIOCRUZ); Karen Giffin (ENSP/FIOCRUZ); João Yunes (PAHO); Maria Coleta Oliveira (NEPO-Unicamp); Maria José Araújo (Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde); Martha Fajardo (OPAS); Miriam Ribeiro (DMP/Escola Paulista de Medicina); Mireya Suarez (Departamento de Antropologia/UNB); Rosa Godoy Fonseca (NEMGE/EE/USP); Rosa Silvestre (NESP/UNB); Sarah Costa (Fundação Ford); Silvia Lúcia Ferreira (GEM/UFBA); Carmen Simone Grilo Diniz (Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde); Susan Wood (International Women’s Health Coalition); Tania Lago (DMS/Santa Casa de São Paulo); Thalia Velho Barreto de Araújo (DMS/UFPE). A composição original do GT “Gênero e Saúde” reunia Ana Maria Costa (UNB), Regina Maria Barbosa (IS-SP), Karen Giffin (ENSP/FIOCRUZ), Rosa Godoy Fonseca (EE/USP) e Estela Maria Leão de Aquino (ISC/UFBA), que se tornou a primeira coordenadora (entre 1995 e 2000) daquele que era um dos mais novos GT na estrutura da ABRASCO. O grupo elaborou um plano estratégico que tinha como principal objetivo transformar aquele “espaço” em importante instrumento para implementação de estratégias de institucionalização da temática de gênero, na área de Saúde Coletiva.

O grupo inicial abrigava apenas cinco pessoas. Paulatinamente, novos membros foram sendo convidados a integrar o grupo, e logo começaram as primeiras incursões de seus representantes em eventos e espaços estratégicos para a inserção da temática de gênero e saúde. Ao longo de sua existência, o GT tem buscado fortalecer os vínculos e a interlocução entre a universidade, os serviços de saúde e os movimentos sociais, particularmente o de mulheres, com o propósito de tornar o conhecimento acadêmico útil e acessível para profissionais de saúde e outros atores sociais comprometidos com a saúde, além de captar demandas emergentes de produção de conhecimento e formação de profissionais.

Uma das primeiras atuações do GT Gênero e Saúde foi dirigida ao mapeamento do debate sobre o tema no campo acadêmico em um grande evento mundial. No mesmo ano de sua criação, foi realizado no Rio de Janeiro o VIII Encontro Internacional Mulher e Saúde, que tinha como eixo central o tema “Saúde da Mulher, Pobreza e Qualidade de Vida”. A então coordenadora do GT integrou o Comitê Consultivo Nacional do evento que seria realizado pela primeira vez na América Latina. O encontro reuniu mais de 600 participantes de 58 países, congregando ONG nacionais e internacionais, redes nacionais, regionais e mundiais, organizações governamentais, instituições acadêmicas e de pesquisa, grupos de base e entidades populares de todos os continentes. Neste evento, um grupo de mulheres profissionais da área de Saúde Coletiva, militantes feministas e da área sindical, assumiu a responsabilidade de organizar o II International Congress Women Work Health, com o apoio institucional da ABRASCO (GT Gênero e Saúde), FIOCRUZ, UNIFESP e Redesaude.

O II International Congress Women Work Health, realizado em setembro de 1999, foi precedido pelo I Encontro Latino-americano Saúde, Equidade e Gênero: um desafio para as políticas públicas, evento realizado numa parceria entre o GT de Gênero e Saúde da ABRASCO e a Asociación Latinoamericana de Medicina Social (ALAMES).¹ O congresso internacional abrigou uma discussão com cerca de 40 representantes de programas e cursos de pós-graduação, de várias regiões do país, de outros países da América Latina, do Canadá e da França, sobre a abordagem dos problemas sociais, relacionados a gênero, saúde e trabalho. Nessa reunião, que contou com o apoio da CAPES, foram relatadas experiências de vinte instituições acadêmicas de oito estados brasileiros, com predomínio de programas na área de saúde coletiva, revelando a diversidade de iniciativas em curso, em diferentes estágios de institucionalização.

¹ Costa, A. M.; Aquino, E. L. (2000). Saúde da mulher na reforma sanitária brasileira. Saúde, equidade e gênero: um desafio para as políticas públicas, UnB: 181-202.

Além do campo acadêmico, as integrantes do GT tiveram, desde o início, forte atuação em espaços de controle social e de discussões de políticas públicas para o enfrentamento de questões referentes à saúde da mulher. Destacamos, assim, a presença constante do GT Gênero e Saúde na Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher (CISMU) do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A CISMU tem como atribuição o acompanhamento das políticas de saúde e o encaminhamento ao CNS de recomendações, sobre questões pertinentes ao seu campo de atuação, além de se constituir em importante canal de comunicação entre o Estado e a sociedade civil. Foi em decorrência da atuação do GT Gênero e Saúde neste espaço de controle social que o óbito materno passou a ser definido como evento de notificação compulsória (Resolução CNS nº 256 de 01/10/1997), e que também resultou na investigação rotineira das mortes de mulheres, em idade reprodutiva, pelo sistema de vigilância epidemiológica, até então exclusivamente voltado para as doenças transmissíveis.

No que diz respeito às ações de controle social, os membros do GT têm participado de comissões e grupos de trabalho no âmbito do governo, seja em nível federal, estadual ou municipal (são exemplos os Comitês Assessores, sobretudo os de mortalidade materna). Além da CISMU, o GT vem mantendo sua representação junto ao Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM)² e ao Grupo de Estudos de Aborto (GEA).³ Tais representações concretizam a possibilidade de articulação entre a produção acadêmica e a elaboração de políticas públicas em saúde no país.

Outro exemplo de forte influência do GT Gênero e Saúde da ABRASCO no que concerne a elaboração de políticas públicas nacionais pode ser dado em relação à algumas ações e estratégias desenvolvidas pelo governo brasileiro para o enfrentamento da epidemia de HIV/Aids. Em 1997, a evolução da epidemia de HIV/Aids para além dos grupos iniciais de risco e sua expansão entre as mulheres justificou a criação do Grupo Assessor para Elaboração de Proposta de Trabalho para Mulheres do Programa Nacional de DST/Aids do MS, o qual tinha representante do GT Gênero e Saúde. Este Grupo Assessor contou com grande apoio das feministas e de outros grupos organizados em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, e elaborou um

² Criado em 1985, o CNDM está vinculado ao Ministério da Justiça, e tem como meta promover políticas que visem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. Na primeira década do século XXI, o Conselho passou a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, contando em sua composição com representantes da sociedade civil e do governo, como forma de ampliar o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres.

³ Criado em 2008, o GEA reúne acadêmicos de diferentes setores e instituições visando aprofundar as questões referentes ao tema do aborto no país.

conjunto de recomendações, que passaram a embasar as políticas e ações de controle da Aids.

A produção acadêmica e ação política do GT Gênero e Saúde tem incorporado um extenso leque de temas, como reprodução, juventude, violência doméstica e sexual, Aids e outras DST, aborto, controle social, monitoramento e avaliação de políticas e programas para mulheres, dentre outros. O GT tem tido uma atuação sistemática e regular nos eventos acadêmicos da área, promovendo atividades específicas, como oficinas e minicursos, mesas redondas e painéis de debates e participando das atividades gerais. Em comemoração aos primeiros dez anos, o GT realizou em 2005, durante o IV Congresso de Ciências Sociais e Saúde, uma oficina de Avaliação dos avanços e lacunas na incorporação da perspectiva de Gênero no âmbito da produção do conhecimento em saúde coletiva. A oficina apontou que, embora gênero já seja assumido como um recorte transversal em um volume significativo de pesquisas na área, ainda existiam lacunas como a que fora identificada uma década antes, no campo dos estudos epidemiológicos, em que a noção de gênero muitas vezes aparece confundida com a de sexo, sendo tomada como variável ou categoria empírica e não como categoria analítica. Este aspecto foi novamente retomado no VII Congresso Brasileiro e XVIII Congresso Mundial de Epidemiologia, realizado em 2008, na oficina Desafios teóricos conceituais e metodológicos para a incorporação da perspectiva de gênero na pesquisa epidemiológica. Passados mais de vinte anos, nosso balanço é o de que tal lacuna e desafio ainda persiste, apesar dos diferentes esforços nas distintas frentes de atuação e nas produções acadêmico-científicas de seus representantes.

A cada três anos, em média, o GT indica uma nova coordenação. O GT mantém, permanentemente, sua função assessora à diretoria da ABRASCO, bem como as diversas representações em importantes foros, nos quais seus representantes procuram pautar temas que lhes são caros (conferindo visibilidade à tais discussões), influir nas políticas públicas, bem como exigir cumprimento dos compromissos do estado quanto à adoção de políticas diversas.

Coordenador@s e vice-coordenador@s do GT ao longo de seus 22 anos:

1995 a 2000: Estela Maria Leão de Aquino (ISC/UFBA); Ana Maria Costa (NESP/UNB)

2000 a 2003: Ana Maria Costa (NESP/UNB); Edgar Merchan Hamann (FCS/UNB)

2003 a 2008: Wilza Villela (EPM/UNIFESP); e Simone Monteiro (FIOCRUZ)

2008 a 2010: Simone Monteiro (FIOCRUZ); Wilza Villela (EPM/UNIFESP)

2010 a 2013: Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira (FM/USP); Ana Paula Portella (UFPE)

2013 a 2016: Jorge Lyra (UFPE); Carmen Simone Grilo Diniz (FSP/USP)

2016 – atual: Daniela Riva Knauth (UFRGS); Cristiane da Silva Cabral (FSP/USP)